

CATICA – Centro de Assistência de Idade de Coima e Arredores - NISS 20004563714
ANEXO 16 – Exercício de 2017

As divulgações a efetuar pela nossa ESNL correspondem às publicadas na alínea f) do Art.º 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho, constando do presente documento apenas as alterações que decorrem da aplicação das especificidades da NCRF-ESNL.

1 — Identificação da entidade:

1.1 — Denominação da entidade: CATICA - Centro de Assistência à Terceira Idade de Coima e Arredores – NIF 501455361

1.2 — Sede: Rua D. Manuel I, N.º 14 – Coima, no concelho do Barreiro

1.3 — Natureza da atividade: IPSS

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — As Demonstrações Financeiras referentes ao ano de **2017** seguiram o modelo do NCRL-ESNL e outros normativos aplicados nos termos do disposto no parágrafo 2.3 da NCRF-ESNL.

2.2 — Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) com vista à entrega das contas no modelo exigido no OCIP (ESNL) e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da instituição.

2.3 — As contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior são devidas às alterações legislativas e/ou outras.

2.4 — A adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL ocorreu em 2012.

3 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o custo de aquisição ou de compra.

b) Outras políticas contabilísticas: As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada balanço é efetuada uma avaliação de existência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido com fiabilidade.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro: Dada a crise económica e financeira existente no país e que afeta grandemente o nosso concelho a política adotada foi a da qualidade na prestação de serviços, bem como a variedade de atividades para todos os utentes das várias respostas sociais que a nossa instituição presta serviços.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas: No entanto, confrontados com a crise existente aplica-se a todos os níveis uma racionalização dos recursos existentes, quer humanos, quer materiais, quer financeiros pois os encargos são altos e para a construção do terceiro edifício foi necessário contrair um empréstimo que aumentou, também os encargos mensais. O CATICA prevê, mesmo assim, continuar a recuperação das viaturas em uso. Em 2017 executaram-se reparações e manutenções diversas nos edifícios, bem como nos demais equipamentos.

3.2 — Alterações nas estimativas contabilísticas: No exercício iniciaram-se os procedimentos de atualização dos ficheiros informáticos em termos de análises periódicas de antiguidade dos saldos dos utentes, e posteriormente serão analisados os dos sócios.

3.3 — Erros: o único erro que ocorreu foi a previsão de que seria protocolado o acordo para as 75 crianças do Pré- Escolar com a abertura do segundo edifício e só em 2012 é que ficou estabelecido. Já teve efeitos nos resultados em 2010 e em 2011

4 — Ativos fixos tangíveis:

4.1 — Nas demonstrações financeiras mantém-se:

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

b) O método de depreciação de quotas constantes;

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidades acumuladas).

e) Não foi possível ainda determinar o montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural. Está previsto um estudo dessa índole logo que possível.

4.2 — Os itens do ativo fixo tangível não estão expressos por quantias revalorizadas.

5 — Ativos intangíveis:

5.1 — A quantia bruta escriturada refere-se ao valor de € 18.033,03 atribuído pela autarquia pelo direito de superfície do terreno onde se construiu o segundo edifício pelo período de 50 anos e não está sujeito a qualquer amortização. É feito um pagamento anual simbólico à Autarquia conforme consta da escritura de Novembro de 2007. O direito de superfície extingue-se se no final dos 50 anos não for requerida a renovação por mais 25.

6 — Custos de empréstimos obtidos:

6.1 — As demonstrações financeiras de 2017 refletem a existência de gastos dos empréstimos obtidos resultante da negociação do financiamento da construção do edifício do Alto da Malhada no montante de € 17.666,12. O montante de € 65.483,76 corresponde à amortização do empréstimo durante o exercício, totalizando o saldo em dívida € 457.204,88 em 31 de dezembro de 2017.

7 — Inventários:

7.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada. O custo dos inventários, inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado. Em 31 de Dezembro foi elaborado o inventário de existências de matérias-primas valorizado em zero euros, dada a contratação da empresa de fornecimento da alimentação.

8 — Rendimentos e Gastos:

8.1 — Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços. O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. A instituição divulga os valores relativos a cada categoria de rédito.

Existem regulamentos em vigor para cada resposta social aplicados a cada ano letivo. Devido às alterações fiscais previstas no OE de 2015, informatizou-se o processo da faturação dos utentes permitindo o controlo dos recebimentos. A contabilidade expressa, assim, o saldo em dívida no balanço referente à dívida dos utentes e sócios no montante de € 16.767,51.

9 — Os subsídios do Governo e apoios do Governo

9.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras. Os subsídios atribuídos pelo estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se refletidos no balanço como componente do capital próprio (no montante de € 452.847,94), sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das depreciações/amortizações efetuadas em cada período. No período de 2017 foram considerados como rendimento no rúbrica de Imputação de Subsídios para Investimento o valor de € 67.950,05.

MAPA DE SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO 2017														
CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST- (1)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREENH- (2)	TAXA DE AMORTIZ- (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES				SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (9)	MOVIMENTOS NO ANO				SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)
					1.º ao 3.º ANO (5)	4.º a 5.º ANO (6)	6.º ANO (7)	7.º ao 30.º ANO (8)		Para a 795312) (10)	Outros débit (11)	Recorridos (12)	Outros créditos (13)	
5938	SUBSÍDIOS INTEGRAR(MEDIDA 5)													
593811	ISS- CRSS Setúbal - EDIFÍCIO CENTRO COMUM. DE COINA	2001	1.124.936,14		56.246,80	56.246,80	56.246,80	787.455,34	224.987,33	56.246,80				168.740,53
593814	OUTROS ISS- CRSS Setúbal - EDIFÍCIO CENTRO COMUM. DE COINA		37.409,82		1.870,49	1.870,49	1.870,49	11.222,94	7.481,98	1.870,49				5.611,49
	TOTAL SUBS. PARA O EDIFÍCIO		1.162.345,96		58.117,30	58.117,29	58.117,29	798.678,28	232.469,31	58.117,29	0,00	0,00	0,00	174.352,02
4332	INVESTIMENTO													
4332132	Edifício do Centro Comunitário de Coima - Medidas(Integrar)	2001	1.124.936,14	5,00%	56.246,81	56.246,81	56.246,81	787.455,28	224.687,31					168.440,50
4332131	Edifício do Centro Comunitário de Coima		37.409,82		1.870,49	1.870,49	1.870,49	11.222,94	7.481,98					5.611,49
	TOTAL INVESTIM. - EDIFÍCIO		1.162.345,96		58.117,30	58.117,30	58.117,30	798.678,22	232.169,29	0,00	0,00	0,00	0,00	174.051,99
5938	SUBSÍDIOS													
59381	OUTROS PROJECTOS													
5938131	ISS PROJECTO PARES Creche e Pré-Escolar	2010	157.638,00		3.152,76	3.152,76	3.152,76	0,00	135.568,68	3.152,76	0,00	0,00	0,00	132.415,92
5938141	MINISTÉRIO EDUCAÇÃO PROG. REDE Pré-Escolar	2010	170.000,00		3.400,00	3.400,00	3.400,00	0,00	149.600,00	3.400,00	3.400,00	0,00	0,00	142.800,00
5938132	ISS PROJECTO PARES Creche e Pré-Escolar	2010	15.177,00		2.529,50	2.529,50	2.529,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5938142	MINISTÉRIO EDUCAÇÃO PROG. REDE Pré-Escolar	2010	11.400,00		1.900,00	1.900,00	1.900,00	0,00	1.900,00	1.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL SUBS. PARA AQ. DO EQUIP. CRECHE E PRÉ-ESCOLAR		354.215,00		10.982,26	6.552,76	6.552,76	0,00	287.068,68	8.452,76	3.400,00	0,00	0,00	275.215,92
433	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS - CRECHE E PRÉ-ESCOLAR													
43321331	Edifício Alto de Malhada - Comparticipação PARES	2010	157.638,00	2,00%	3.152,76	3.152,76	3.152,76	0,00	135.568,68					132.415,92
43321332	Edifício Alto de Malhada - Comparticipação MIN EDUC	2010	170.000,00	2,00%	3.400,00	3.400,00	3.400,00	0,00	146.200,00					142.800,00
43351214	Mobilário Alto de Malhada - Compart. PARES/MIN. EDUC/CATICA	2010	53.670,96	16,66%	8.945,16	8.945,16	8.945,16	0,00	8.945,16					0,00
	TOTAL INVESTIM. - CRECHE E PRÉ-ESCOLAR		381.308,96		15.497,92	15.497,92	15.497,92	0,00	290.713,84	0,00	0,00	0,00	0,00	275.215,92
5938	SUBSÍDIOS													
5938	OUTROS													
593816	ISS- VIATURA (SÓ ATRIBUÍDO EM 2014)	2014	16.400,00						6.560,00	3.280,00	0,00	0,00		3.280,00
	TOTAL SUBS. PARA AQ. VIATURA MISTA PARTNER		16.400,00		0,00	0,00	0,00	0,00	6.560,00	3.280,00	0,00	0,00	0,00	3.280,00
4334	INVESTIMENTO													
4334122	Viatura Mista	2014	24.279,89	20,00%	4.855,98	4.855,98	0,00	0,00	9.711,95					4.855,97
	TOTAL INVESTIM. - VIATURA MISTA PARTNER		24.279,89		4.855,98	4.855,98	0,00	0,00	9.711,95	0,00	0,00	0,00	0,00	4.855,97
	Total dos subsídios - Saldo em 31-12-2017		1.516.560,96				15.497,92		526.097,99	69.850,00	3.400,00	0,00	0,00	452.847,98

NOTA: O mapa inclui todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados. Inclui a regularização de subsídio não imputado por lapso em 2015 no montante de € 3.400,00

Os subsídios e doações que se destinam à exploração estão englobados na demonstração de resultados nos rendimentos do exercício de 2017 no valor de € 868.911,01, ascendendo subsídios do estado e outros € 796.228,13, dos quais € 783.143,14 atribuídos pelo ISS, pelo IEFP 11.424,99, € 1.660,00 pela Autarquia do Barreiro e os restantes € 72.682,88 são provenientes de doações, dos quais € 11.963,48 donativos em dinheiro.

10 — Instrumentos financeiros:

10.1 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais. No período de 2016 e de 2017 a quantia de cada uma das rubricas teve a evolução constante no mapa de Demonstrações das alterações nos fundos patrimoniais do período de 2017.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016										Unidade Monetária: Euros		
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	57.558,77	-	23.623,03	(223.809,02)	-	-	594.048,04	120.875,55	-	-	572.296,37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorização												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								(67.950,05)				(67.950,05)
	2	-	-	-	-	-	-	(67.950,05)	-	-	-	(67.950,05)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				120.875,55				(78.174,92)			(67.950,05)
RESULTADO INTEGRAL	4+2+3				120.875,55				(78.174,92)	-	-	42.700,63
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Distribuições												
Outras operações												
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+4	57.558,77	-	23.623,03	(102.933,47)	-	-	526.097,99	42.700,63	-	-	547.046,95

Coíma, 1 de Março 2018

A CONTABILISTA CERTIFICADA 22129

A DIREÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017										Unidade Monetária: Euros		
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	57.558,77	-	23.623,03	(102.933,47)	-	-	526.097,99	42.700,63	-	-	547.046,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e Intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e Intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								(73.250,05)				(73.250,05)
	7	-	-	-	-	-	-	(73.250,05)	-	-	-	(73.250,05)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				42.700,63				(69.089,57)			(26.388,94)
RESULTADO EXTENSIVO	9+7+8				42.700,63				(69.089,57)	-	-	(26.388,94)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	57.558,77	-	23.623,03	(60.232,84)	-	-	452.847,94	(26.388,94)	-	-	447.407,96

Coíma, 1 de Março 2018

A CONTABILISTA CERTIFICADA 22129

A DIREÇÃO

11 — Benefícios dos empregados:

11.1 — Na nossa instituição o número médio de empregados durante o ano foi de 67 trabalhadores, das quais 8 pertencem à equipa do RSI. As actualizações salariais dos vencimentos transitam para o exercício e 2018, com retroatividade a julho último apenas. Cumpriram-se as obrigações relativas ao reforço, no montante de € 833,33 do Fundo de Compensação do Trabalho (Saldo em 31 de dezembro de 2017 - € 1.569,09) conforme a legislação publicada em 2013.

11.2 – Com a alteração legislativa de 14 de Novembro de 2014 o mandato em vigor é de quatro anos e os órgãos sociais tomaram posse em 2015.

12 — Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

12.1 — O número médio de utentes por resposta social é divulgado mensalmente.

12.2 — Cumprem-se as obrigações legais previstas para as IPSS atempadamente.

13 — Outras informações – Não existem dívidas em mora ao Estado, quer ao ISS, quer à Autoridade Social.

Maria Isabel Velasco

CC 22129